

A democracia ameaçada?

NORMAN GALL

Especial para o Estado

A democracia na América Latina se expandiu mais rapidamente do que em outras regiões do mundo desde a década de 70, mas está afetada por frustrações enquanto luta para escolher um caminho entre o velho populismo e as desafiadoras mudanças institucionais necessárias para a estabilidade política e econômica. Está a democracia da América Latina ameaçada? Há muito descontentamento, em grande parte por causa da falta de empregos e de crescimento econômico. O Programa de Desenvolvimento da ONU (PNUD) divulgou há semanas o relatório Democracia na América Latina, que indica fracasso e frustração.

Enquanto o relatório da PNUD estava sendo elaborado, as preocupações com o futuro da democracia foram alimentadas pelo colapso financeiro da Argentina; o enfraquecimento do governo de esquerda de Lula no Brasil; a renúncia do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada da Bolívia - em outubro, depois que um coalizão de plantadores de coca e rebeldes indígenas travaram batalhas de rua com o Exército -, e o impasse político na Venezuela sobre petições para realizar um plebiscito para acabar com o mandato do presidente Hugo Chávez.

Em todas essas crises, alguma forma de continuidade institucional prevaleceu.

A descoberta mais enfática do relatório da PNUD foi que, segundo *The New York Times*, 55% das pessoas pesquisadas em 18 países disseram que apoiariam a substituição de um governo democrático por um autoritário; 58% concordaram que os líderes devem "passar por cima da lei" se precisarem e 56% disseram que o desenvolvimento econômico é mais importante que a manutenção da democracia. Num editorial, o *Times* concluiu que "claramente, esse endosso do modelo Pinochet demonstra que a maioria dos latino-americanos não sentem como se tivessem uma participação na democracia".

A cobertura que a mídia fez do relatório baseou-se principalmente num comunicado à imprensa que ressaltava suas conclusões mais negativas, que tenderam a insinuar para os latino-americanos e para o mundo em geral que a região está ingressando num novo ciclo de instabilidade: Apenas 43% dos latino-americanos apóiam plenamente a democracia.

Desde 2000, entre os 18 países pesquisados, quatro presidentes eleitos (do Equador, Argentina, Bolívia e Haiti) foram obrigados a abandonar o cargo antes do fim do mandato.

O relatório provocou uma intensa controvérsia tanto por parte da burocracia da PNUD como por

parte das centenas de colaboradores externos. Uma versão definitiva do documento foi montada em Buenos Aires por uma pequena equipe comandada por Dante Caputo, ex-ministro das Relações Exteriores da Argentina.

Uma leitura atenta do relatório revela três falhas principais:

1. Seleção adversa dos dados da pesquisa de campo de 2002 conduzida pela Latinobarómetro, uma organização de pesquisa de opinião chilena que vem realizando levantamentos sobre o apoio popular à democracia desde 1995. O relatório enfatizou os aspectos negativos dos dados de 2002 ao mesmo tempo em que ignorou conclusões positivas desse ano assim como os resultados mais animadores dos levantamentos da Latinobarómetro de 2001 e 2003. Numa nota para imprensa na última sexta-feira, Latinobarómetro se desassociou dos achados principais do estudo, citando erros grosseiros do PNUD no manejo dos dados. Por exemplo, só 38% em vez de 58% dos entrevistados achavam que os líderes devem "passar por cima da lei" se precisarem.

Das 19.522 pessoas entrevistadas em 2002, o relatório da PNUD identificou 43% como democratas, 26% como não democratas e 30% como ambivalentes. Porém, quase dois terços dos entrevistados em 2003 pela Latinobarómetro disseram que a democracia é a melhor forma de governo e o único caminho para o desenvolvimento, com 57% deles dizendo que o desenvolvimento só pode ser atingido por meio de uma economia de mercado. De fato, 44% disseram que as grandes empresas estão se comportando bem na construção de uma sociedade melhor e 51% acham que os executivos dessas empresas poderiam ser líderes melhores do que a atual classe política.

Mas há, também, muita ambivalência. No Brasil e no Peru, 69% viram a democracia como a melhor forma de governo, mas uma porcentagem quase igual disse que aceitaria um regime autoritário se esse resolvesse os problemas econômicos. Em toda a América Latina permeia um grande medo do desemprego, com 23% dos entrevistados dizendo ter dificuldade para pagar suas contas.

"Há proporções muito altas de democratas insatisfeitos na Suécia, Grécia, Itália e Irlanda do Norte, assim como na Argentina, México e Zimbábue", escreveu recentemente a diretora da Latinobarómetro, Marta Lagos. "Isto tende a indicar uma reação saudável entre os democratas que exigem mudanças em sociedades em transformação e mostra que ter um grande

número de democratas descontentes faz parte do processo democrático e não é necessariamente um sinal de alarme."

2. A PNUD entrevistou 231 membros das elites latino-americanas e quase todos eles disseram que "a democracia progrediu significativamente durante a última década. Pela primeira vez na sua história, os países da América Latina atendem os requisitos da definição de democracia eleitoral. Quase todos os líderes reconhecem a centralidade dos partidos políticos e os efeitos danosos da sua perda de prestígio. Mas não houve um consenso sobre as causas da crise nem sobre sua solução. Os líderes da sociedade civil tendem a enfatizar problemas como corrupção, negligência das questões sociais e a busca do poder para atender interesses especiais." As elites demonstraram uma certa preguiça intelectual ao concentrar sua pauta para futuras políticas públicas em questões políticas estreitas em vez de nos problemas críticos para os pobres como educação, violência e desemprego.

3. Os problemas políticos da América Latina não são eleitorais mas institucionais. O relatório da PNUD concentra-se em denunciar os problemas conhecidos - o judiciário, a violência, estruturas políticas - sem tratar da tarefa mais desafiadora e mais original de propor soluções a esses problemas, nem se arrisca a lidar com questões controvertidas como a geração de uma estrutura política para desenvolvimento econômico da qual dependa a estabilidade em longo prazo e o atendimento das necessidades básicas.

A América Latina é uma das regiões privilegiadas do mundo, com recursos abundantes em relação ao número de habitantes. Possui muitas fontes de energia, poucos conflitos étnicos, religiosos ou lingüísticos e está longe das principais áreas de tensão internacional.

Nos 43 anos em que venho me empenhando em escrever e pesquisar sobre a América Latina, com muitos trabalhos de campo em regiões remotas, tenho observado um grande progresso que tende a reforçar a consolidação da democracia. As sociedades vêm se modernizando muito mais depressa que as instituições públicas.